

A ESCOLA DE PODER **DOS** MAOISTAS

HISTÓRIAS CRUZADAS DE UMA ELITE
QUE PARTIU DA EXTREMA-ESQUERDA
PARA O PODER



Nuno Crato



Durão Barroso



Maria José Morgado



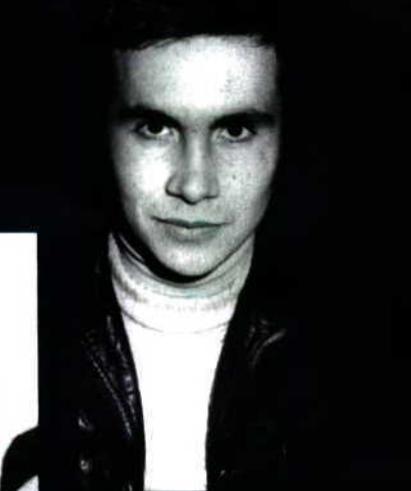
Pacheco Pereira



Franquelim Alves



Ana Gomes



José Lamego



António Costa Pinto

Maoistas de certa maneira

Penhoraram as suas vidas a causas radicais e a lutas extremas. Morreram por elas, por elas contam com inimigos e amigos para a vida. Fizeram estremecer a ditadura, estiveram presos incontáveis vezes e deram provas de um fanatismo moral sem limites. Hoje, estão na crista da onda mesmo que seja do outro lado da margem

POR PAULO CHITAS



1 José Lamego

Fez parte do MRPP e foi ferido no incidente em que morreu Ribeiro Santos, seu colega na Faculdade de Direito de Lisboa. Mais tarde, integrou o Partido Socialista, de que foi deputado. Ocupou o cargo de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. É advogado e professor na Faculdade de Direito de Lisboa.

Era quinta-feira e mais de uma centena de alunos juntavam-se no anfiteatro do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, situado entre o bairro da Lapa e a Assembleia da República. À socapa, a convocatória que ali fazia convergir estudantes de várias universidades lisboetas propunha um protesto contra a repressão e a guerra colonial, então ao rubro em Angola e na Guiné-Bissau. «Havia um infiltrado, que não era da PIDE mas da divisão de informação da PSP. Foi detetado pelos estudantes e levado para o local da reunião», lembra José Lamego, 60 anos, advogado e professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

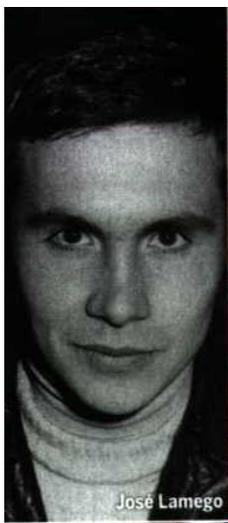
O informador foi manietado. «Queríamos que ele confessasse», evoca Maria José Morgado, 61 anos, diretora do Departamento de Investigação e de Ação Penal. «O José Luís [Saldanha Sanches, marido de Maria José Morgado, falecido em 2010] dizia que era uma loucura trazê-lo para junto dos estudantes. Os fatores de tragédia intensificaram-se quando lhe puseram um saco de papel na cabeça», relembra a procuradora-geral adjunta do Ministério Público.

Elementos afetos ao PCP, que dominava a associação de estudantes naquela faculdade, pediram para as autoridades serem avisadas, recorda José Lamego, na elegante sala de reuniões do seu escritório de advogados, às Amoreiras, em Lisboa. «Quando chegaram dois elementos da PIDE, houve logo alter-

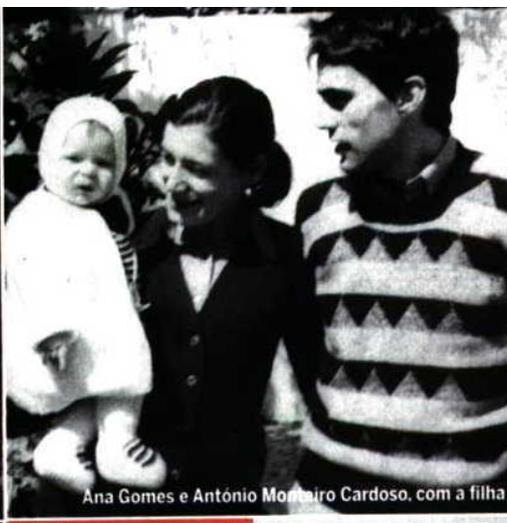
cações. Empurrões e socos. Tínhamos-lhes um ódio visceral», conta o advogado, que, mais tarde, viria a ser eleito deputado nas listas do PS e desempenhou o cargo de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, no primeiro Governo de António Guterres.

Depois foi o vórtice. «O José Luís começou a pontapear um dos pides recém-chegados, que foi manietado», relata Maria José Morgado. «Houve um primeiro tiro, que não atingiu ninguém. Mas o segundo, apanhou o Ribeiro Santos», acrescenta José Lamego. Foi no tórax, na zona das costas. O militante do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) não caiu de imediato – só mais tarde se aperceberam da gravidade do ferimento. O seu companheiro, José Lamego, lançou-se contra o atirador e segurou-lhe o braço que empunhava a arma, imobilizando-o no chão. «Ele continuou a disparar, mas não atingiu mais ninguém. Até que me acertou aqui [levanta-se e aponta a coxa esquerda]. Depois, fez mira para o meu peito e disparou – mas o carregador estava vazio.» O então estudante da Faculdade de Direito de Lisboa refugiou-se numa arrecadação, sob umas escadas, ferido, enquanto o agente da polícia secreta recarregava a arma e saía aos tiros do anfiteatro. José Lamego viria a ser preso por 90 dias, na sequência dos acontecimentos.

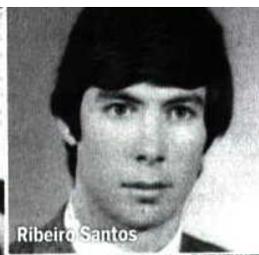
No Hospital de Santa Maria, foi confirmado o óbito de Ribeiro Santos. Tinha 26 anos, era filho de um médico, vivia no Largo de Santos, em Lisboa. «Um estudante divertido, muito cábula, popular entre os ▶



José Lamego



Ana Gomes e António Monteiro Cardoso, com a filha



Ribeiro Santos



«Vilar», do PCP (n)



Maria José Morgado



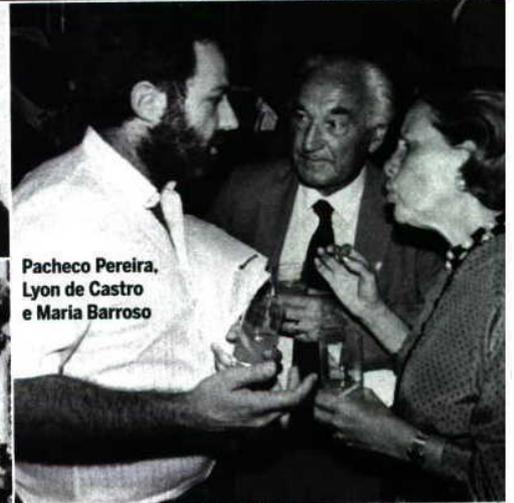
Nuno Crato



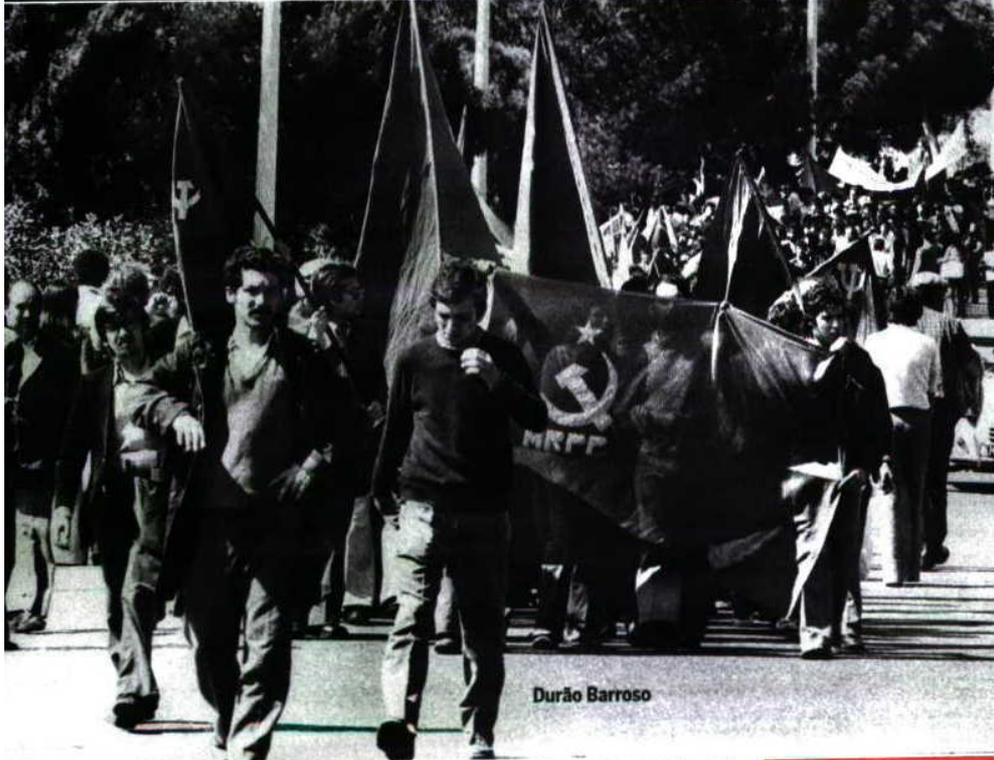
António Costa Pinto e Fernando Rosas



Hélder Costa



Pacheco Pereira,
Lyon de Castro
e Maria Barroso



Durão Barroso



Durão Barroso

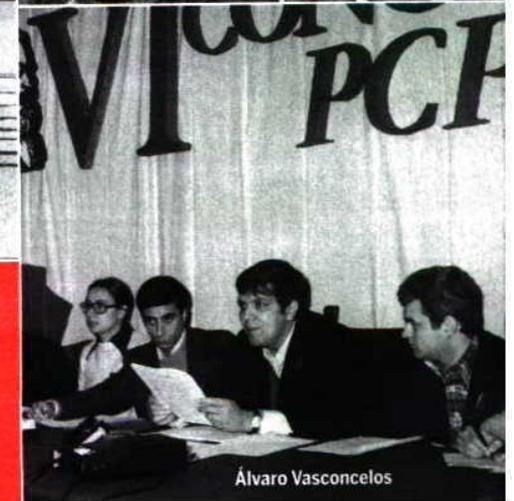
Franquelim Alves



Vilaverde
Gabriel



João Carlos Espada e Teresa de Sousa



Álvaro Vasconcelos



3 Maria José Morgado

Chegou à Faculdade de Direito de Lisboa em 1969/70 e integrou-se no grupo do MRPP de que fazia parte o futuro companheiro, Saldanha Sanches. Foi presa antes e depois do 25 de Abril, por causa da militância maoísta. Hoje, é procuradora-geral adjunta e chefia o Departamento de Investigação e Ação Penal.



3 Pacheco Pereira

Foi militante do PCP (m-l). Investigador da história dos movimentos da esquerda radical e do PCP, foi deputado pelo PSD e é comentador regular de temas políticos, na imprensa e na televisão.



4 Nuno Crato

Foi o responsável pela UEC (m-l) e dirigiu o PCP (m-l) da zona sul. Doutorou-se em Matemática, é catedrático no Instituto Superior de Economia e Gestão e presidiu à Sociedade Portuguesa de Matemática. Atualmente, é ministro da Educação.

colegas. Andava sempre com uma gabardina enorme», lembra **Maria José Morgado** 3.

Eram os primeiros mártires do maoísmo portugueses. A partir deste momento, podia fundar-se uma «religião». Os movimentos de extrema-esquerda nunca mais seriam os mesmos, após o homicídio de Ribeiro Santos, a 12 de outubro de 1972. Muitos dos seus militantes – como Durão Barroso, **Pacheco Pereira** 3, **Nuno Crato** 4, Franquelim Alves ou Ana Gomes – reciclaram-se e reemergiram noutros partidos políticos; outros, como Maria José Morgado, **Saldanha Sanches** 5, Pedro Bacelar Vasconcelos ou José Lamego, destacaram-se na investigação criminal, no Direito e na advocacia; João Carlos Espada, **Manuel Villaverde Cabral** 6 e António Costa Pinto, fizeram carreira académica na área das ciências sociais. Foram uma elite que quis uma revolução marxista-leninista – hoje, são o *establishment* da democracia.

A MORTE DO BUFO

O primeiro movimento maoísta português foi criado em 1964, por ação de Francisco Martins Rodrigues, que pertencera à direção do Partido Comunista Português. Nascido em Moura, preso três vezes na década de 50 – evadiu-se com Cunhal, de Peniche, em 1960 –, «Chico» Martins pertenceu ao Comité Central. A preferência dos comunistas portugueses pela ala soviética e a crítica que faziam dos regimes albanês e chinês, afastou-o da linha oficial.

«Eu criticava a posição recuada do partido, no início da guerra colonial (tinham medo de se isolar dos democratas); defendia a necessidade de ganhar os camponeses e não as classes médias para a luta contra a ditadura, passar a métodos de violência», explicou o fundador do Comité Marxista-Leninista Português/Frente de Ação Popular (CMLP/FAP) ao historiador Miguel Cardina, que o cita na obra *Margem de Certa Maneira – o Maoísmo em Portugal* (Tinta da China).

Com outros militantes do PCP – João Pulido Valente e Rui d’Espiney, que estavam refugiados em Argel –, Francisco Martins fundou o movimento, em março de 1964, em França. A partir de junho desse ano, começaram a publicar o boletim *Ação Popular*. Aí desenvolveram a doutrina de que a revolução se faria com o apoio dos camponeses, sem a conivência da «burguesia liberal» (um inimigo «secundário») e com uma força popular armada. A tensão com o PCP era tal que, em finais de 1964, quando o movimento tentou formar um núcleo nacional, o *Avante!* denunciou, nas suas páginas, que dois «renegados» haviam entrado no País. «Os primeiros maoístas pretendem reconstruir o Partido Comunista, que segundo eles havia sofrido uma degeneração em meados da década de cinquenta. Por isso, sempre houve uma grande hostilidade em relação ao PCP», sintetiza Miguel Cardina, 35 anos, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e pós-doutorando do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Em 26 de novembro de 1965, os militantes do CMLP/FAP, já instalados em Portugal, detêm e executam, na mata de Belas, um informador da PIDE, Mário Mateus, infiltrado no movimento e responsável pela informação que levou à prisão de João Pulido Valente. Sucede-se a prisão dos outros dois fundadores, mais tarde sujeitos a espancamentos e à tortura do sono. Só oito anos depois, a 27 de setembro de 1974, serão libertados da prisão de Peniche. Mas o património ideológico manteve-se e promoveria uma miríade de organizações radicais à esquerda do PCP. Segundo um diagrama adaptado por Miguel Cardina, até ao 25 de Abril de 1974 terão sido mais de 60 grupos, de dimensões e expansão diversas, de famílias ideológicas muito próximas mas que disputavam ferozmente o mesmo espaço político, junto de estudantes, intelectuais e proletários..

NAS FÁBRICAS E NOS MÁRMORES

As atividades de grupos católicos e a revolta estudantil de Maio de 1968, em Paris, foram os gatilhos para a adesão de Pedro Bacelar Vasconcelos, hoje com 61 anos, aos movimentos radicais do Porto. Os estudantes circulavam pelo mítico café Piolho, ao pé da Faculdade de Ciências, e Bacelar Vasconcelos, de uma família com raízes em Felgueiras, também frequentava a Juventude Musical portuense. «Ouvíamos jazz e líamos Cohn Bendit [um dos líderes do Maio de 68, em Paris]», lembra o constitucionalista e professor de Direito na Universidade do Minho.

Bacelar de Vasconcelos chegou a Coimbra, onde se inscreveu em Direito, em 1969, após a greve estudantil e a crise académica. Em 1970-71, já estava próximo dos grupos maoístas que atuavam na cidade. Integrou os Núcleos Sindicais, organização que queria lutar contra a «Universidade burguesa» e pretendia um «ensino popular, ao serviço dos trabalhadores». Não excluíam a luta armada como forma de derrubar a ditadura e incentivavam os jovens a desertar, depois de cumprida a recruta, levando consigo a arma...

Quando, em 1972, no terceiro ano de Direito, tentou criar um núcleo sindical de base, um funcionário denunciou o grupo a que pertencia. O veredicto da Universidade foi terrível – a expulsão dos envolvidos. Manter o adiamento do serviço militar tornou-se impossível. Em março de 1973, Bacelar de Vasconcelos foi para Mafra, para a recruta. Quando o colocaram no curso de atiradores de infantaria, decidiu deser-

Em 1965, os primeiros maoístas detêm e executam, na mata de Belas, um informador da PIDE. São presos, de seguida, e só abandonam a cadeia depois de 1974



NUNO CRATO O «povo é invencível», pensava o atual ministro da Educação, na época em que foi militante maoista

tar, levando consigo o armamento que lhe haviam distribuído.

Ao contrário de outros, que abandonaram o País, Vasconcelos instalou-se na Covilhã e empregou-se na Empresa Transformadora de Lãs. Para trás deixou a namorada, com quem, mais tarde, se casaria. «Adotei o nome falso de 'José Oliveira'. Passei a ter mais sete anos, nos documentos falsos, para iludir as autoridades quanto à situação militar. A guerra e a deserção eram uma parede no nosso destino. Não havia comunicabilidade entre o presente e o futuro», analisa, hoje, o jurista.

Na Covilhã, formou uma célula da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP), mas, em março de 1974, incompatibilizou-se com os seus camaradas. A contenda gerou-se na sequência de uma discussão sobre que atitude assumir, se «guerrilheirista» se de «massas». Bacelar de Vasconcelos defendia «que a luta armada tinha de ser 'o povo em armas', segundo a perspectiva maoista da Longa Marcha. [Eu] era muito veemente na condenação daquilo a que nós hoje chamamos 'terrorismo'» (in *Margem de Certa Maneira*, pág. 114). Bacelar foi preso pelos próprios camaradas e mantido uma semana em cativeiro, em Águeda. A semanas do 25 de Abril, a organização quase se cindiu e o «renegado» Bacelar de Vasconcelos emigrou para Grenoble, onde arranhou trabalho como marmorista. Só em setembro regressaria a Portugal, depois de ter sido apanhado de surpresa – como a maioria dos maoistas portugueses – pelo golpe militar dos capitães de Abril.

EXÍLIOS REVOLUCIONÁRIOS

França foi, para muitos exilados maoistas, o centro a partir do qual irradiavam a sua atividade. **Hélder Costa** 7 partiu para lá literalmente a nado, ao atra-

vessar clandestinamente o Guadiana. Para já, sabia-se que o atual encenador da companhia de teatro A Barraca chegou a Coimbra, para cursar Direito, em 1961, oriundo de Grândola, onde a família tinha raízes, terras e uma unidade de transformação de cortiça. Integrou-se na República Pré-Kys-Tão e participava no Centro de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra. «As nossas peças eram sistematicamente proibidas. Percebi que o teatro era importante mas que isto não ia para a frente só com o teatro», conta o dramaturgo, que prefere não revelar a sua idade, «por causa do meio artístico». «Quando começou a guerra colonial [Angola, 1961], as dezenas de negros que frequentavam a universidade desapareceram, misteriosamente. Para mim, o conflito em África era a questão central. Quando me convidaram para o PCP e perguntei qual era a posição acerca da guerra, disseram-me que tinha de ir, para a 'fazer mais humana'. Claro que não aderi.»

A partir de então, Hélder Costa passou a pertencer a um grupo que organizava a deserção do Exército. Em 1962, foi detido e cumpriu pena na Companhia Disciplinar de Penamacor. «Havia desertores, ladrões e assassinos. Mantive sempre a atividade agitadora, durante os três meses que lá estive», conta. Depois do cativeiro, regressou à vida de estudante, em Coimbra, e à contestação permanente. Foi expulso da universidade e teve que se matricular na Faculdade de Direito de Lisboa, para prosseguir o curso. No verão de 1967, percebeu que ia ser preso de novo. «A 15 de agosto, um feriado, em que havia menos controlo fronteiriço, atravessei o rio a nado. Em Paris, contactei com a malta do Comité Marxista-Leninista.» Ai, dinamizou o jornal *O Comunista*, integrou-se nas estruturas da emigração da OCMLP, trabalhou nas obras e como tipógrafo. Formou o Teatro Operário, companhia



5 José Luís Saldanha Sanches

Dirigente do MRPP. Foi preso várias vezes, antes e depois do 25 de Abril de 1974. Fiscalista e comentador, distinguiu-se no combate à corrupção. Companheiro de Maria José Morgado. Morreu em 2010.



6 Manuel Villaverde Cabral

Ex-militante do PCP, refugiou-se em Paris, onde participou nas discussões para a criação da Frente de Ação Popular, a primeira organização maoista portuguesa. Foi presidente do Instituto de Ciência Sociais. Atualmente, dirige o Instituto do Envelhecimento.



7 Hélder Costa

Em Coimbra, manteve um grupo que ajudava desertores do exército português. No exílio, em Paris, fundou o Teatro Operário. Na atualidade, é dramaturgo e encenador do Grupo de Teatro A Barraca.



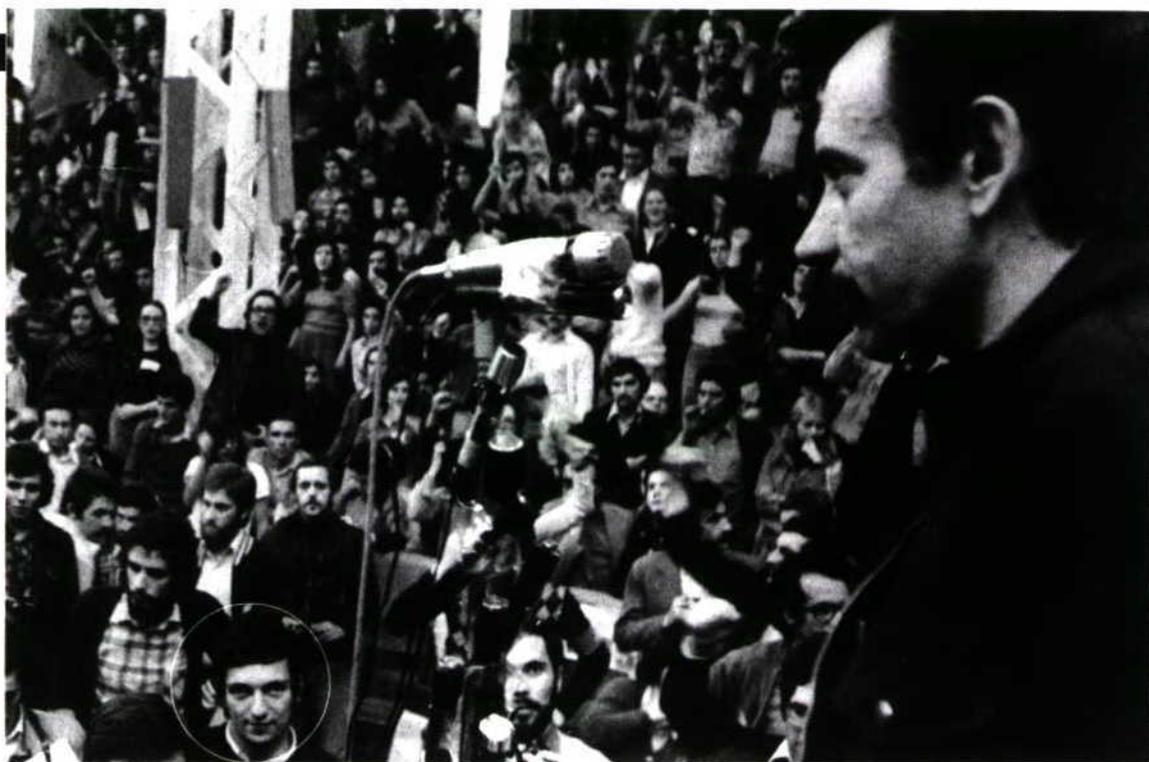
8 Fernando Rosas
Ex-militante do PCP, tornou-se, mais tarde, um destacado dirigente do MRPP. Foi diretor do *Luta Popular*, o jornal oficial deste movimento maoísta. É professor catedrático do departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. No final da década de 90, ajudou a fundar o Bloco de Esquerda, de que foi candidato presidencial em 2001.



9 Ana Gomes
Militante do MRPP, ativista das causas estudantis. Foi embaixadora de Portugal na Indonésia e defensora da causa timorense. Tendo sido dirigente do PS, é eurodeputada por este partido.



10 António Monteiro Cardoso
Líder do MRPP. Casou com Ana Gomes, de quem se separaria mais tarde. Foi chefe de gabinete de Arons de Carvalho, quando este era secretário de Estado da Comunicação Social. É jurista e historiador.



COMÍCIO DO MRPP Durão Barroso (em destaque) escuta atentamente Araldo Matos, o líder do partido

que procurava para as peças os exilados políticos em França (*A Terra a Quem a Trabalha* foi o nome de um dos espetáculos).

Também em Paris esteve radicado Manuel Villaverde Cabral, 72 anos, atual diretor do Instituto do Envelhecimento. Fugiu de Portugal em 1963, já casado, quando soube da sua prisão iminente – pertencia ao PCP. Em Paris, ligou-se à FAP, primeiro, e mais tarde aos Cadernos de Circunstância. Estes eram um projeto de conhecimento social do País a partir de um quadro teórico marxista, em que participaram, entre outros, José Gil, Fernando Medeiros, a partir de Paris, e António Barreto, Medeiros Ferreira e Manuel de Lucena, com base em Geneve, na Suíça. Nos anos 70, Manuel Villaverde ligou-se ainda a grupos italianos de extrema-esquerda – *Potere Operaio* –, tentando conciliar anarquismo e comunismo. «O cisma sino-soviético mostrou que era possível sair do PCP sem ir para a direita», sentencia Villaverde Cabral, «embora a história da Esquerda, se possível, ainda seja pior que a da Direita».

O VESPEIRO DE DIREITO

A Maria José Morgado, em Carlão, no Alto Douro, impressionava-a a pobreza «genuína» das gentes. «As miúdas cobiçavam as minhas bonecas e os brinquedos. Pensei sempre que queria que aquilo acabasse quando fosse grande», lembra. Quando, no ano letivo de 1969/1970, chegou à capital, para ingressar na Faculdade de Direito, ainda não tinha perdido o seu caráter atrevido. «Sempre me aborreceu a monotonia do dia a dia. A segurança nunca foi uma ambição», declara.

Consciência social e sangue na guelra – claro que acabaria na malha do MRPP, embora só mais tarde o viesse a saber. As organizações recrutavam mas não

abriam logo o jogo com os seus militantes, para manter em segurança a estrutura clandestina. Maria José Morgado integrou a lista *Ousar Lutar, Ousar Vencer*, que, depois, ganharia a associação de estudantes, e por essa altura encontrou, pela primeira vez, Saldanha Sanches, que viria a ser o companheiro da sua vida. «Conheci-o em 1971, quando foi libertado, após a primeira pena de prisão.»

O MRPP foi fundado em 1970 mas a sua génese remonta a 1968, quando se criou a Esquerda Democrática Estudantil, em que participaram Amadeu Lopes Sabino e **Fernando Rosas** 8, ex-militantes do PCP. Em 1970, Araldo Matos conquistou a associação de estudantes de Direito mas nunca tomou posse, por oposição das autoridades. Nesse mesmo ano, fundou o MRPP, com outros descontentes com a ditadura e com o caminho seguido pelo PCP. Foi o seu primeiro secretário-geral.

Manifestações-relâmpago na cidade – uma espécie de *flashmobs* –, encontros contra a guerra colonial, atividades no cineclube universitário de Lisboa e na cooperativa Livrelco, escritos inflamados em *O Tempo e o Modo* (revista que resgataram aos católicos críticos do regime) ocupavam os dias dos mais aguerridos. Mas a sua influência estendia-se a muitos outros, que simpatizavam com os estudantes. «Quando as manifestações acabavam mal, quando a polícia nos cercava, os condutores da Carris abriam-nos as portas dos autocarros, para escaparmos», conta Maria José Morgado. Numa dessas *manifs*, na Praça do Chile, em 21 de fevereiro de 1973, **Ana Gomes** 9, 59 anos, teve menos sorte. Apanhada por um pidge, foi chicoteada na cara, no meio da rua. Acabou por fugir com **António Monteiro Cardoso** 10, também estudante de Direito, que viria a ser o seu primeiro marido. «Corríamos o risco; queríamos-nos

Os militantes do MRPP levavam para as manifestações de rua barras de ferro embrulhadas em papel de jornal

diferenciar do PCP», sintetiza Ana Gomes. A euro-deputada do Partido Socialista envolveu-se com a organização, no seguimento do assassinio de Ribeiro Santos. «Entrei naquela: quem são os gajos a que me vou unir para partir isto tudo? Conheci o Saldanha Sanches e o João Galamba e acabei recrutada por essa gente.»

Uma das formas de protesto mantidas pelo MRPP, na Faculdade de Direito, consistia em interromper os professores com várias perguntas, durante as aulas. Era o modo de manterem «a luta contra o conteúdo de classes do ensino». Depois da morte de Ribeiro Santos – e do seu funeral, em que houve uma carga policial para evitar o cortejo a pé, até ao cemitério da Ajuda –, os militantes do MRPP passaram à «luta total». «Efetuávamos muitas ações de rua. No 25 de Abril, havia mais presos de extrema-esquerda que do PCP, contabiliza António Monteiro Cardoso, 63 anos, historiador e jurista. Também houve uma

radicalização da luta contra o PCP. É dessa altura a frase: «O fascismo matou [Ribeiro Santos] e o revisionismo [o PCP] apontou o alvo.»

Já depois do 25 de Abril, **Durão Barros** 11, o viria a destacar-se como militante do MRPP. Lá esteve também **Franquelim Alves** 12, atual secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, que foi responsável pelas finanças do partido.

RADICAIS E MORALISTAS

«Derrubar a ditadura e fazer um Governo da classe operária era o nosso objetivo. Ainda bem que não tivemos força para fazer nada disto!», diz Maria José Morgado. «Tínhamos um pensamento mecanicista, desfasado da realidade, paupérrimo», critica, na atualidade.

Uma das dimensões mais intransigentes do MRPP era moral. «Pensar. Agir e viver como um revolucionário» foi uma diretiva, de 1972, sobre o modo como os militantes deviam conduzir a sua vida. Escrita no seguimento de um caso de adultério entre militantes do movimento, condenava as relações extramatrimoniais. «Também nós fomos condenados pela direção do MRPP por nunca nos termos casado, o José Luís e eu», conta Maria José Morgado. «Era uma moral repressora da vida individual, totalitária e esmagadora – tudo o que era proletário era bom, tudo o que era burguês era mau.»

Se era intransigente entre paredes, o partido



11 **José Manuel Durão Barroso**

Distinguiu-se no pós-25 de Abril como militante do MRPP, sobretudo na Faculdade de Direito de Lisboa. Depois, passou para o PSD e foi ministro dos Negócios Estrangeiros, num Governo de Cavaco Silva. Em 1999, conquista a liderança do PSD e, em 2002, é nomeado primeiro-ministro. Abandona o cargo em 2004 para ocupar a presidência da Comissão Europeia, lugar em que se mantém até hoje.



12 Franquelim Alves

Foi do MRPP. Passou pela administração da Sociedade Lusa de Negócios, que controlava o Banco Português de Negócios. Fez parte do Governo de Durão Barroso. Atualmente, é secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação.



13 António Costa Pinto

Pertenceu à UEC (m-l). Hoje, ensina Ciência Política e é investigador do Instituto de Ciências Sociais, em Lisboa.



14 João Carlos Espada

Dirigente da UEC (m-l). Hoje, dirige o Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.



15 José Manuel Fernandes

Pertenceu à UEC (m-l). Passou pelo *Expresso*, dirigiu o *Público* e é, atualmente, colunista deste diário.



ENCONTRO EM "ECONÓMICAS" Reunião do MRPP sob a égide de Ribeiro Santos, representado no cartaz ao fundo

era espalhafatoso em público. As pichagens contra a guerra colonial (os murais que heroizavam Mao Tsé-tung e a classe operária são posteriores a abril de 1974) começaram a espalhar-se pelas ruas da cidade no início da década de setenta. Para as manifestações de rua levavam barras de ferro embrulhadas em papel de jornal, para enfrentar a polícia. Quando eram detidos, obrigavam-se a destruir todo o material na sua posse – vários militantes engoliram, página a página, agendas nas quais anotavam os seus contactos. A linguagem também era expressiva, sobretudo quando os alvos eram outros maoistas de quem discordavam. «A confraria neorrevisionista, continuando a vomitar a sua peçonha reacionária, arregaça despudoradamente as saias para mergulhar libidinosamente no âmago da provocação», escreveram, em 1973, sobre os militantes da União dos Estudantes Comunistas (marxistas-leninistas), a UEC (m-l), que lhes disputava o terreno, nas escolas de Lisboa.

PARANOIA SECURITÁRIA

Pela altura em que o MRPP a criticava ferozmente, António Costa Pinto **13**, hoje com 59 anos, já havia progredido na UEC (m-l). «Eu vinha de uma família da classe média, republicana e liberal, que pertencia à elite dos advogados de oposição ao regime», explica o investigador e professor no Instituto de Ciências Sociais, presença assídua nas televisões, onde comenta temas de política nacional. «Motivou-me um maior radicalismo ideológico face ao PCP, que me parecia demasiado reformista.»

Hoje, o cientista político considera a UEC (m-l) uma «instituição social total», que permitia aos seus militantes julgarem-se «pessoas mais perfeitas» e controlava todas as esferas das suas vidas, «incluin-

do a socialização pessoal». Queriam restaurar a pureza revolucionária do marxismo. Derrubar a ditadura. Admiravam a China, onde julgavam não haver classes, onde se evitara a burocratização, onde se apoiavam os movimentos de libertação do Terceiro Mundo. Comportavam-se como sacerdotes.

João Carlos Espada **14**, responsável pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, Nuno Crato, atual ministro da Educação e professor universitário de Matemática, José Manuel Fernandes **15**, jornalista e ex-diretor do *Público* (autor de *Era uma vez... a Revolução*, um testemunho do seu tempo de militante), faziam parte do grupo que, sobretudo a partir do Liceu Pedro Nunes, junto do Jardim da Estrela, em Lisboa, dinamizavam o movimento estudantil no ensino secundário. No Porto, Pacheco Pereira, hoje destacado militante do PSD, também aderiu à organização.

Os encontros vendados, os truques para despistar eventuais perseguidores, as reuniões secretas, a codificação de mensagens em mortalhas de cigarro, a autocritica e um visceral antagonismo ao MRPP faziam parte da vida dos militantes. Foram estes quadros da UEC (m-l) que viriam a dar origem à facção «interior» (com base em Portugal), conhecida por facção «Mendes», o nome falso por que era conhecido o dirigente Carlos Janeiro. Depois do 25 de Abril, foi uma das organizações na origem do PCP-R, que tinha por «frente de massas» a UDP (um dos partidos fundadores do atual Bloco de Esquerda).

António Costa Pinto, sairá do partido já depois do 25 de Abril, quando descobriu que a «consolidação democrática tinha fechado a janela de oportunidade para a revolução» e fez a «descoberta ideológica da democracia». Nunca mais regressou. Hoje, está, como muitos outros, do outro lado da margem. ■